

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais  
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

Lilian Maria de Almeida Silva

**A Política Social e os Moradores em Situação de Rua em Belo Horizonte: a  
intervenção com a “Cooperativa Escola”**

São Paulo,  
2014

**LILIAN MARIA DE ALMEIDA SILVA**

**A Política Social e os Moradores em Situação de Rua em Belo Horizonte: a  
intervenção com a “Cooperativa Escola”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientador: Rafael Balseiro Zin

São Paulo,  
Abril de 2014

## SUMÁRIO

RESUMO .....	4
Introdução .....	5
1. Justificativa do problema .....	6
2. Marco de referência conceitual .....	7
3. Descrição do problema.....	13
4. Explicação do Problema.....	13
5. Descritores dos resultados esperados .....	14
6. Qual é a proposta? O que deve ser feito para equacionar o problema?.....	15
6.1. Prática da ação .....	16
6.1.2 Orçamento da ação .....	16
6.1.3 Análise de viabilidade e plano de ação .....	17
7. Análise de atores envolvidos e interesses.....	17
7.1 Análises de riscos .....	18
8. Balanço do projeto .....	18
9. Considerações Finais.....	18
REFERÊNCIAS: .....	20
ANEXO 1 .....	22

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é fazer uma discussão sobre a política social e os moradores em Situação de Rua em Belo Horizonte, propondo um projeto de intervenção que chamarei de “Cooperativa Escola”. Para alcançar esta finalidade foi imprescindível discutir sobre a política social e de como se organizou principalmente no âmbito nacional, apresentando sua evolução, até a concretização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Para propor o projeto de intervenção busquei analisar os aspectos que envolvem a população em situação de rua, almejando apresentar uma ação estratégica para esse público que envolve qualificação, trabalho e emprego. A proposta é da adoção de um modelo que prevaleçam os princípios de economia solidária, sendo o setor público o apoio técnico desta ação.

**Palavras chave:** Política Social, Política Nacional de Assistência Social, Direitos Sociais, Morador em Situação de Rua.

## **Introdução**

No Brasil ainda são escassos os estudos sistemáticos sobre a população em trajetória de rua, principalmente estudos municipais. *Foi a partir dos anos 1990 que se realizaram pesquisas exploratórias sobre o fenômeno e que ganharam visibilidade as ações de governo para o enfrentamento a questão.* (BRASIL, 2011, p.25). As ações de diagnóstico nos revelam particularidades, para lidar com a temática buscando assim assegurar os direitos da população em situação de rua.

Ainda que as lutas e conquistas históricas da população em situação de rua tenham trago políticas públicas para esse segmento, não podemos negar ainda que o caminho para superar o preconceito, a intolerância, e abdicar das práticas assistencialistas é um desafio. A implementação dos serviços socioassistenciais no Brasil hoje se dá conforme previsto na Constituição Federal e expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assegurando assim políticas pautadas no acesso a direitos que respeitam à dignidade da pessoa humana.

No município de Belo Horizonte, vivemos uma realidade de um aumento expressivo de população em situação de rua, porém ainda não comprovado esse aumento, pois a última pesquisa realizada no município foi no ano de 2005, são dados muitos defasados. Em uma perspectiva de propor um projeto que trabalhe com a rede de serviços socioassistenciais do município de Belo Horizonte, buscarei a partir da compreensão de política social, abarcar os limites de extremas condições humanas, e propor uma forma inclusão nessa sociedade moderna, que se dará através de uma integração de formas de inserção positivas no mundo do trabalho, que envolve qualificação, trabalho e emprego. A proposta é da adoção de um modelo que prevaleçam os princípios de economia solidária, sendo o setor público o apoio técnico desta ação.

## 1. Justificativa do problema

O neoliberalismo no Brasil e a referência de Estado Mínimo deixaram marcas, pois ao foi um período regulado pelo mercado, onde os lucros eram mais importantes que as pessoas, houve então “*reduções do poder de compra do trabalhador, ampliação do desemprego e diminuição de direitos sociais.*” Nesse sentido o Estado herdado pelo governo que é contra os mínimos sociais, é um estado precarizado de políticas sociais e os moradores em situação de rua são vítimas desse sistema. Partir para um estado necessário com a desconstrução do neoliberalismo, traz grandes desafios, mais que é possível com políticas públicas que atendam à dignidade humana.

A precarização das condições vividas pelos moradores em situação de rua indica que, as relações são reproduzidas através do sentido de pertencer a uma sociedade. Porém essas relações não se dão somente pelo seu processo econômico, porque o capitalismo impõe uma regra de alimentar-se somente o mercado. As relações desse segmento são vivenciadas através de sua socialização degradantes nas ruas. No Brasil vivemos como diz Gramsci, em uma sociedade do tipo “*Ocidental*” numa guerra de posição, ou seja, luta constante de espaços na “*sociedade civil e na sociedade política*”.

A população em situação de rua trata-se de um público que vivencia situações de violação de direitos das variadas formas, com a condição de cidadania comprometida ou inexistente. Segundo o Censo da População de Rua e pesquisa qualitativa de Belo Horizonte-2005/2006, o grupo que populacional é heterogêneo composto por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meios de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.

Essa temática é um fato social complexo, que desafia o poder público na elaboração de políticas, pois “incomoda” e, ao mesmo tempo, sensibiliza a sociedade, que ora demanda intervenções de orientação higienista, ora intervenções que garante direito a esse público heterogêneo, formados por migrantes, trabalhadores, pessoas em situação de mendicância, dependentes químicos, portadores de sofrimento mental, criança e adolescente, adulto ou idoso, homens e mulheres, que utilizam a rua como espaço de moradia e sobrevivência.

Como o modo petista de governar busca induzir e regular o desenvolvimento local sustentável diferente dos governos neoliberais, que subordinam as políticas sociais às ações do mercado. Podemos direcionar esse projeto tendo como primazia a responsabilidade com as políticas sociais, enxergando os cidadãos e cidadãs como sujeitos de direitos, especialmente aqueles em vulnerabilidade e risco social, nesse caso os moradores em situação de rua.

## 2. Marco de referência conceitual

O capitalismo exclui grande parte da população que tem como garantia as políticas sociais que vêm para reintegrar os cidadãos que foram afastados da sociedade capitalista, criando medidas que, segundo Faleiros (2007, p.60), são “medidas de política social” que consiste na implementação de assistência social, de previdência social, de prestação de serviços, de proteção jurídica, de construção de equipamentos sociais e de subsídios.

Ainda segundo Faleiros (2007) as medidas de política social têm critérios para distinguir quem poderá utilizar os recursos provenientes destas, e, ao mesmo tempo, os discriminam por não terem como sobreviver com o salário advindo do trabalho, pois, segundo a lógica do sistema capitalista o trabalho é a forma de sustento e lazer dos indivíduos.

“No Brasil, no final da década de 80, a Constituição Federal de 1988 configurou o cenário no qual as políticas sociais obtiveram ascensão devido à ampliação da cobertura dada aos direitos sociais (RAMOS, 2004, p.31)”. Com isso, a Assistência Social brasileira passa a ter novas formas de intervenção na área social e cria um sistema de Proteção Social tendo como objetivo o bem-estar e a justiça social, garantido e custeado pelo próprio Estado. Tal constituição no seu artigo 194 define a Seguridade Social:

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e assistencial social (SUAS, 2006, p. 19).

Os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 mostram que a Assistência Social passa a fazer parte da Seguridade Social, juntamente com a saúde e a previdência, formando o tripé da seguridade social. A regulamentação desta política vem com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, definindo tal política como um direito do cidadão, passando da transição do assistencialismo para a assistência social. Com todo o progresso das políticas sociais com a Carta Magna, o período dos anos de 1990, não foi favorável quanto à ampliação dos direitos sociais, pois, com o aperfeiçoamento do sistema capitalista causado pela globalização e pelas crises financeiras que o país vivia naquele momento, ocasionou uma mudança no mercado de trabalho e na vida dos sujeitos. Isso porque as relações sociais passam a sofrer consequências devido à globalização que aumenta o desemprego, pois o Estado demanda uma qualificação profissional; no entanto, o mesmo não desenvolve mecanismos para resolver tal situação. Neste contexto se desenvolve do trabalho informal (RAMOS, 2004).

O neoliberalismo provoca modificações em várias áreas porque o Estado diminui a sua participação e mantém a liberdade econômica. As medidas de cunho político, econômico e social impostas pelas reformas, são justificadas pela “crise do Estado” (RAMOS, 2004).

O neoliberalismo compreenderia uma teoria pautada em práticas político-econômicas que propõem o bem-estar humano a partir da capacidade empreendedora individual, em um regime pleno de propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Este modelo implica em uma tríade composta pela desregulação, privatização e retirada do Estado da ordem econômica. Todavia, se o Estado se retira da ordem econômica (em parte, pois garante a qualidade e integridade do *dinheiro*), deve estabelecer as estruturas e funções militares de defesa, da polícia e o sistema legal requerido para o pleno funcionamento do modelo neoliberal (HARVEY [2005] *apud* OLIVEIRA, 2008, p.84).

Segundo Ramos (2004), o aprimoramento desse sistema neoliberal possui influência internacional, que determinam as ações no Brasil e em outros países dependentes financeiramente. Essa determinação internacional provoca uma transformação na divisão do trabalho, que muda as responsabilidades estatais e da sociedade civil no que se diz respeito às políticas sociais.

O fato de o Estado ser responsável pela resposta à “questão social” significa que toda a sociedade é que tem essa responsabilidade, numa forma de “solidariedade sistêmica”. A sociedade que é responsável pela resposta às sequelas da “questão social”, o Estado é, na verdade, o instrumento privilegiado de sua realização. Assim, a intervenção estatal na “questão social” é financiada mediante a contribuição compulsória de toda a sociedade, incluindo o capital. As classes e o conjunto dos cidadãos participam desigualmente (segundo sua renda e/ou seu patrimônio) no financiamento dessa intervenção social do Estado (MONTAÑO, 2008, p.8).

Como explicita Montañó (2008), com a crise capitalista, o Estado alega ter necessidade de reduzir os gastos e, como justificativa para se eximir de sua responsabilidade perante a sociedade, estrategicamente transfere para o terceiro setor as atividades relativas à área social.

Paralelamente, ao definir “as novas entidades” do “terceiro” setor”, responsáveis pelos “serviços sociais e científicos” (Bresser Pereira, 1998: 101), como “de caráter público”, conservando o “financiamento pelo Estado”, mas de “direito privado” (*idem*: 246-7), atribui a responsabilidade pública das respostas às sequelas da “questão social” às organizações da sociedade civil, porém *retira seu controle da gestão estatal e do direito público, transferindo-o para o direito privado*. As possibilidades de controle democrático e de pressão política diminuem significativamente com este movimento (MONTAÑO, 2008, p.8).

Segundo o autor, esta união entre o Estado e o terceiro setor, faz com que a sociedade faça parte da reforma do capital, tendo que encarar/aceitar os conflitos institucionais, cujo principal interesse é conservar a astúcia dos neoliberais. Com a privatização dos serviços públicos, os cortes dos bens e serviços tornou cada vez mais precária a vida do trabalhador, devido ao contingente de desempregados, pelo esgotamento de um amparo legal e a ausência de direitos que pudessem fundamentar a democracia. Como explicitado na seção anterior, às políticas sociais no Estado neoliberal e a privatização dos serviços públicos, conseqüentemente gerou uma divisão de classes sociais, na qual, o cidadão fica refém de um sistema de garantias mínimas. O avanço significativo da política de assistência social é fortalecido com as lutas dos movimentos sociais, organizações não governamentais representadas pela sociedade civil. Como marco regulatório para a sua operacionalização foi regulamentada a Política Nacional de Assistência Social.

Segundo Gomes (2010) a PNAS aprovada em 2004 estabeleceu parâmetros para sua institucionalização e fortalecimento através da implantação do SUAS. Este, por sua vez, foi regulamentado pela Norma Operacional Básica-NOB/SUAS em 2005, o que define um avanço significativo da assistência social como política pública no Brasil.

A PNAS estabelece os seguintes princípios: “Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos”(PNAS, 2004, p 32):

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2004, p.32).

A PNAS tem como Diretrizes,

- I - Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e comando único das ações em cada esfera de

governo, respeitando-se as diferenças e características socioterritoriais locais;

II- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (BRASIL, 2004, p 32-33).

A Política Pública de Assistência Social tem como objetivo,

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar;

Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.33).

O público-alvo da PNAS são pessoas em vulnerabilidade e risco social, discriminados pela sociedade, seja por deficiência, por raça, orientação sexual, religião, desemprego ou por serem usuários de entorpecentes.

Ainda segundo a PNAS (2004), a Proteção Social de Assistência Social está relacionada a um conjunto de ações proporcionadas pelo SUAS, cuidados, atenções e benefícios para diminuir e prevenir os conflitos das eventualidades sociais correspondentes ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como central no sustento afetivo, biológico e relacional. Os princípios e garantias da Proteção Social têm por direção o desenvolvimento humano, social e os direitos de cidadania. Como princípio a PNAS destaca a matricialidade sociofamiliar; a territorialização; a proteção pró-ativa; a integração a seguridade social; integração as políticas sociais e econômicas. E, como garantias, a segurança de acolhida; a segurança social de renda; a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.

Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2005), a família é entendida como núcleo social básico de sustentabilidade, acolhida, convívio e autonomia. A educação e proteção social da família e da sociedade não se limitam aos encargos públicos, a família necessita de apoio e de condições para atuar no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes e também proteger seus idosos e portadores de deficiência. Toda esta proteção faz com que a família deixe de ser

meramente uma unidade econômica de cálculo e rentabilidade per capita e passa a ser reconhecida como o centro da afetividade, arraigado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade que se limita em obrigações mútuas e se organiza em torno das semelhanças, descendência e gênero.

Segundo Pereira (2008), para a efetivação da proteção social, o SUAS dispõe de duas modalidades de proteção: básica e especial. Tais modalidades são compostas por uma rede de serviços, conforme a descrição a seguir.

#### **Proteção Social Básica:**

A Proteção Social Básica (PSB) tem o objetivo de prevenir as situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destinada para a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, a PSB é executada no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), por uma rede de serviços socioeducativos e também por Benefícios de Prestação Continuada (BPC), benefícios eventuais, serviços e projetos de inserção produtiva. A Proteção Social Básica se organiza por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) e a Proteção Social Especial intermédio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado Família e Indivíduos (PAEFI), além dos Serviços de Proteção Social Especial Alta Complexidade.

#### **Proteção Social Especial:**

A Proteção Social Especial se organiza por meio dos serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI) e dos Serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade, que são: serviço especializado de abordagem social; serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Tal proteção objetiva prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas e situações de rua, entre outras.

A Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (Brasil, 2009), afirma que o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI) apoia, orienta e acompanha as famílias com um ou mais de seus componentes em caso de ameaça ou violação de direitos. Abarcam atenções e orientações voltadas ao acesso de direitos, a prevenção e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, em

função de proteger as famílias perante as condições de vulnerabilidade e/ou em condições de diversidades, potencialidades, valores, crenças e identidade familiar. Há uma articulação dos serviços com as atividades e aplicações oferecidas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas várias políticas públicas e com os demais órgãos em princípios de garantias de direitos. A união dos serviços socioassistenciais, vem garantir o atendimento imediato, tomando iniciativas imprescindíveis para incluir a família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restituir o direito.

Ainda segundo a Resolução citada anteriormente, para este trabalho especializado à família é essencial a acolhida, a escuta qualificada, um estudo social para entender a realidade de cada família, monitoramento e avaliação do serviço, encaminhamento para as redes socioassistenciais locais e um apoio à família na sua função protetiva.

Quanto aos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, são aqueles que proporcionam acolhimento em distintos tipos de equipamentos, designado às famílias e indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, carecendo de acolhida temporária, afastada de sua família de ascendência (BRASIL, 2009). Tais serviços precisam funcionar em unidade introduzida na comunidade com características residenciais, visam garantir a proteção absoluta de indivíduos ou famílias na condição de risco pessoal e ou social, com os laços familiares rompidos ou já então fragilizados, através de serviços que garantam a acolhida em lugar com estrutura física apropriada, proporcionando condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

A Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2009) coloca que a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, dispõe de quatro serviços que compõem a PSE de Alta Complexidade. São eles: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Os dois tipos de proteção básica e especial utiliza o princípio de proteção proativa, o que significa não mais considerar os usuários dos serviços de assistência social como meio de intervenção, mais sim como sujeitos de direitos. (PEREIRA, 2008, p.11).

### 3. Descrição do problema

Como moradora de Belo Horizonte ao perceber um grande aumento da população de rua, sendo este um grupo sempre estigmatizados pela sociedade e que vive em situações muito precárias, onde é considerado um “grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meios de atividades produtivas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (Belo Horizonte, 2005). Neste sentido ao pensar em todos os aspectos que envolvem a população em situação de rua, pretendo neste projeto apresentar uma ação estratégica para esse público que envolve qualificação, trabalho e emprego. A proposta é da adoção de um modelo que prevaleçam os princípios de economia solidária, sendo o setor público o apoio técnico desta ação.

### 4. Explicação do Problema

Segundo a pesquisa censitária de análise qualitativa de População em Situação de Rua de 2005, “observa-se não apenas em Belo Horizonte, mas também em outras grandes cidades do Brasil e do mundo, uma população [flutuante], constituída por pessoas que, por muitos motivos, acabaram pernoitando em logradouros públicos... são considerados [moradores de rua]”.

O censo de (2005, p.54) também trouxe informações sobre as ocupações dos moradores em situação de rua:

Uma das principais características da população em situação de rua é o fato de sobreviver a partir de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas. Essas atividades podem assumir várias formas e frequências, serem lícitas ou ilícitas, formais ou informais. Muitas dessas pessoas, inclusive, sobrevivem de doações, de esmolas, de pequenos furtos ou mesmo do tráfico de drogas. De qualquer maneira, também sob o ponto de vista das ocupações, observa-se uma diversidade e uma heterogeneidade muito grande de atividades.

O censo mostra que a grande maioria da população em situação de rua, tem uma instabilidade no que se refere à sobrevivência, neste sentido as políticas de emprego e qualificação voltadas para essa população devem ser considerados os vários perfis, dando oportunidades desta população específica no que ela se identificar. “A profissão está grandemente relacionada à forma como o indivíduo se percebe e é percebido pela sociedade”. (Belo Horizonte, 2005, p.57).

Para Martins (2004), “a inserção em alguns casos a (re)inserção ao “mundo do trabalho” para moradores de rua que vivem no limite da existência e da sobrevivência, a busca de uma vida nova, fora da rua tem sempre um significado muito importante.” Para a autora, o morador em situação de rua no contexto do mundo do trabalho tem a possibilidade de viver

uma vida privada, e neste contexto a rua passa a ser um lugar somente de trabalho dando um significado positivo a essa relação.

O depoimento de uma moradora em situação de rua no censo de População em Situação de Rua de 2005, ainda é muito recorrente quando entramos em contato direto com eles e que sintetiza propostas de sonho em relação ao mundo do trabalho:

Todo ser humano tem direito ao mínimo possível, que é a dignidade, ter o trabalho Nós em situação de rua não queremos ficar mendigando por um direito que é do povo, um direito de cidadão brasileiro. Porque todos estão a procura de algo; de uma oportunidade para se resgatar a sua própria cidadania, sua dignidade como ser humano, né? (MORADORA A.)

Moradores em trajetória de rua, diz de uma expressão da questão social que para Mota (2008), a questão social é uma análise da transformação histórica do capitalismo, e resulta na ação de homens e mulheres que necessitam produzir e acabam reproduzindo as relações sociais. Tudo isto decorre das múltiplas expressões da desigualdade social em que a sobrevivência da classe trabalhadora depende do mercado de trabalho dominado pelo capital e pelas forças produtivas. Para esses atores estarem inseridos na sociedade atual, e criar relações sociais o trabalho precisa estar inserido na vida dessas pessoas.

Neste contexto pensar em uma proposta de formação e uma reinserção profissional desse público-alvo exige uma ação metodológica adequada aos usuários a quem essa ação se destina. O desafio principal é garantir que os programas e ações de caráter de inclusão produtiva integrem e articulem as necessidades e direitos sociais dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social e pessoal, com os critérios de empregabilidade determinados pela dinâmica mais ampla do mercado de trabalho.

## **5. Descritores dos resultados esperados**

Partindo dos seguintes princípios:

Respeitar, à história e singularidade de cada pessoa “não se pode pensar em objetividade sem a subjetividade”; Conceber o outro como sujeito de sua história; Fazer “com” e não fazer “para”; Ouvir e conhecer o outro: desenvolver escuta ativa e qualificada e potencializar o saber do outro; Abolir qualquer forma de discriminação no acesso aos serviços e acreditar na possibilidade de mudança de realidade.

Os resultados esperados são a superação de suas vulnerabilidades tanto sociais, quanto à relação com o mundo do trabalho. Com a “Cooperativa Escola”, terão oportunidades de vivenciar uma relação de trabalho, aprendendo além de noções da administração, logística de um empreendimento, como também a sociologia do trabalho, aulas também de direitos

humanos, português e noções de matemática, para que possam estar preparados para montar seu próprio empreendimento, cooperativas ou até mesmo ingressar no mercado formal como assalariados.

## **6. Qual é a proposta? O que deve ser feito para equacionar o problema?**

O objetivo geral deste projeto é contribuir para redução da pobreza e proporcionar inclusão social e produtiva da população em situação de rua do município de Belo Horizonte, respeitando a história e a singularidade de cada pessoa.

O objetivo específico é a criação de uma cooperativa escola, como um empreendimento de construção de móveis com materiais recicláveis, despertando assim a importância de se ter uma profissão que venha a lhe proporcionar melhores condições de vida.

O equipamento de “Cooperativa Escola” configura um empreendimento público de qualificação socioprofissional e que tem como prerrogativas ampliação de projetos de qualificação profissional do município, ampliando assim os investimentos para esse segmento, mantendo a proposta inicial do público alvo. Essa ação precisa ser prevista no planejamento anual da Secretaria de Assistência Social.

Essa ação promoverá uma inserção às políticas sociais, pois a intersetorialidade da ação promoverá uma melhor qualidade de vida dessas pessoas, cumprindo com os objetivos da política pública de assistência social que é prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitar; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p.33). A formação escolar dos trabalhadores incluindo em programas como Educação de Jovens e Adultos (EJA), será também o foco desta ação.

Na prática, serão efetuados os encaminhamentos à rede socioassistencial através das equipes de acompanhamentos dos serviços e programas da Secretaria de Assistência Social. Após a qualificação socioprofissional, parte dos trabalhadores será incorporada ao mercado formal ou na formação de uma cooperativa e periodicamente darão espaços para os em situação de extrema vulnerabilidade.

### 6.1. Prática da ação

Para o empreendimento que a “cooperativa escola” irá desenvolver, serão utilizados, materiais recicláveis, por considerar a sustentabilidade. Neste sentido o arte-educador, irá ensinar como fazer móveis conforme mostra no ANEXO 1, com materiais reciclados. Utilizando várias técnicas e os mais diversos tipos de materiais, como por exemplo, o papelão, o plástico e até mesmo objetos inutilizados como pneus usados.

Contaremos com a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), para a destinação do material, aqueles considerados como recicláveis como: papéis, metais, plásticos e vidros.

#### 6.1.2 Orçamento da ação

Todos os anos		
	Explicação dos elementos orçamentais	Justificativa dos custos estimados
<b>Despesas</b>		
<b>1. Recursos Humanos</b>	Contratação de 2 técnicos de nível superior sendo um assistente social e um psicólogo.	
<b>1.1 Salários( brutos, incluindo encargos da segurança social local).</b>		
<b>1.1.1 Arte-Educadores-horas/aula de acompanhamento aos alunos</b>	Pagamentos de horas de trabalho para arte-educador de produtos recicláveis, para ações de desenvolvimento específico do projeto.	Refere-se ao custeio de horas de trabalho dos educadores dedicados exclusivamente para o projeto.
<b>1.1.2 Pessoal administrativo e de apoio.</b>	Contratação de um auxiliar administrativo.	
<b>1.1.3 Pessoal/ estagiários</b>	Contratação de 4 estagiários/as durante toda execução do projeto, para efetivar ações diversas: no acompanhamento sociofamiliar, sendo as formações de Serviço Social e Psicologia.	Custos relativos à bolsa de estágio na PBH.
<b>1.1.4 Pessoal/ estagiários</b>	Contratação de 4 estagiários/as em tempo parcial na cooperativa escola para o desenvolvimento das ações, nas áreas de administração, Pedagogia, Sociologia e Psicologia.	Custos relativos à bolsa de estágio na PBH.
<b>Obs: O acompanhamento técnico da ação se dará pela equipe de inclusão produtiva da Secretaria de Assistência Social.</b>		

### 6.1.3 Análise de viabilidade e plano de ação

A Prefeitura de Belo Horizonte, tem criado espaços para discussão sobre a população em trajetória de rua e o comitê é um desses espaços, houve ações desenvolvidas como relato abaixo:

“A<sup>1</sup> realização pela PBH do Workshop *População em Situação de Rua* envolvendo a participação de entidades, organizações não governamentais, polícia militar, Ministério Público Estadual, Câmara de Dirigentes Lojistas, instituições de ensino superior, igrejas, Pastoral de Rua, Movimento Nacional da População de Rua e representantes das pessoas em situação de rua. As discussões realizadas reiteram o respeito aos direitos civis e sociais das pessoas em situação de rua como princípios orientadores da ação do governo municipal, parecer elaborado pela Procuradoria Geral do Município baseado no direito social. O documento conclui [qualquer política pública que possa afetar de maneira mais intensa direitos e garantias da população em situação de rua só se faz legítima se certifica sua adequação por meio do desenvolvimento paralelo de ações sociais, de acordo com os princípios da LOAS e da Política Nacional para população de rua.”

Portanto projetos que viabilizam ações de melhoria nas vidas dessa população são bem aceitos, desde que apresente proposta pertinente e deem resultados.

## 7. Análise de atores envolvidos e interesses

Os atores envolvidos serão administração direta e a indireta, pois o encaminhamento do público se dará no âmbito da Secretaria de Assistência Social, através dos técnicos de referência dos serviços e programas que trabalham com moradores em situação de rua sejam eles com a rede conveniada ou própria. A entrada do público será via qualificação profissional.

A mobilização da ação será feita com os técnicos dos serviços e também com os usuários dos equipamentos públicos, sejam albergues, repúblicas, Centro de Referência Especializado para População de Rua (Centro POP), mobilizações com reuniões na ASMARE (Associação dos Catadores do Papel Papelão e Material Reaproveitável) e Pastoral de Rua. O Fórum Lixo e Cidadania também será um espaço de divulgação e discussão sobre o projeto.

Os interesses envolvidos são a progresso nas condições de vida das pessoas em trajetória de rua, um auxiliar de avaliação do projeto será o Comitê de Acompanhamento a Política Municipal para População em Situação de Rua, este espaço tem como “<sup>2</sup>finalidade

<sup>1</sup> Retirado do documento “Serviços da Assistência Social para População com Trajetória de Vida nas Ruas”. 2013

<sup>2</sup> Retirado do documento “Serviços da Assistência Social para População com Trajetória de Vida nas Ruas”. 2013

acompanhar e monitorar o desenvolvimento da política municipal para população em situação de rua, propondo medidas que asseguram articulações das políticas públicas e a participação da sociedade civil para o seu atendimento”.

### **7.1 Análises de riscos**

O risco se dá pela garantia do espaço para que aconteça o projeto, e este será definido mediante a aprovação do projeto pela prefeitura, que deverá propor na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

### **8. Balanço do projeto**

O projeto traz avanços no que se refere à população em situação de rua, buscando proporcionar não só uma vivência no mundo do trabalho de modo que possam organizar um grupo de trabalho para geração de renda, tornando-se empreendedoras ou ingresse em um emprego formal como assalariadas, mas como também a superação das suas vulnerabilidades sociais, isso com o fortalecimento de vínculos de confiança e respeito, a estimulação da auto-estima, sua inserção social e comunitária e a garantia de acesso aos serviços socioassistenciais e à rede intersetorial, visando o resgate da dignidade e o sustento financeiro. Neste sentido os resultados almejados são mais importantes do que os riscos ou custos, por ser uma experiência que possa ser referência para outros municípios do país.

### **9. Considerações Finais**

Ao resgatar um pouco sobre o surgimento das políticas sociais, e como o capitalismo as influenciou para manter o sistema, que exclui a maior parte da população. Buscou-se entender a realidade da população em Situação de rua em Belo Horizonte a partir do modelo que é colocado de política social a exemplo da Política de Assistência que após a Constituição Federal de 1988, passa a ser um direito social.

As lacunas que influenciou na escolha do tema foi o processo de vulnerabilidades vivido pelos moradores em situação de rua, neste sentido buscou-se apresentar um projeto de intervenção que contribuísse para a redução da pobreza e proporcionar inclusão social e produtiva para esse público do município de Belo Horizonte, respeitando sua história e singularidade. A criação de uma “cooperativa escola”, como um empreendimento de construção de móveis com materiais recicláveis, tem como seu objetivo despertar pela a importância de ter uma profissão que venha proporcionar melhores condições de vida.

É importante ressaltar que o projeto de intervenção em questão, bem como este tema não se esgota neste trabalho, pois novos estudos se fazem necessários, para o aprimoramento

das políticas sociais no estado brasileiro, bem como na cidade de Belo Horizonte, trazendo para os serviços, programas e projetos para população em situação de rua tenha em sua base (efetividade, eficiência e eficácia<sup>3</sup>).

---

<sup>3</sup> Efetividade: é a realização da ação adequada para transformar a situação existente; Eficiência: é o resultado da comparação entre as realizações e os resultados com os recursos utilizados para atingi-los; Eficácia: resultados obtidos da comparação entre as realizações e os resultados reais com os que foram estabelecidos. Glossário do ENAP. [http://www.enap.gov.br/Glossario\\_2007.pdf](http://www.enap.gov.br/Glossario_2007.pdf), acessado em 19/03/2014, às 15 h 09min.

**REFERÊNCIAS:**

BELO HORIZONTE. **Prefeitura Municipal. Relatório do 2º Censo de População de Rua de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 2006. p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.** V.III. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

BRASIL. **Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. "CNAS". Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 25 nov. 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política Social do Estado capitalista.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS): CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS).** Resolução n. 145, de outubro de 2004. Política Nacional Assistência Social - PNAS. Brasília, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 288p.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **Moradores de Rua em Belo Horizonte:** A Vida nas Ruas e a Construção das Possibilidades de Formação das Redes Sociais na Cidade. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1017>. Acesso em 22 fev. 2014.

**NORMA OPERACIONAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - NOB; SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS.** Resolução n. 30, de julho de 2005. Brasília: MDS/CNAS, 2005.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **Neoliberalismo:** notas sobre a geopolítica e ideologia - uma breve análise sobre a obra “O neoliberalismo: História e Implicações” de David Harvey. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1002/907>. Acesso em: 09 mar. 2014.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Políticas Públicas de Assistência Social brasileira:** avanços, limites e desafios. Disponível em: [www.cpihts.com](http://www.cpihts.com). Acesso em: 15 mar. 2014

RAMOS, Deriscléia Rodrigues. **A seguridade social Brasileira:** caminhos percorridos e a desbravar. Disponível em:

<<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/interface/article/viewFile/157/143>>. Acesso em: 17 mar. 2014

ANEXO 1



